

REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL, DA CEPAL E DA ONU (PND E AGENDA 2030)

Márcia Oliveira Alves

92

RESUMO

Considerando que a pobreza é ocasionada pela situação de risco e que o ajuste neoliberal implantado nos últimos anos fez com que as condições socioeconômicas de grande parte das pessoas fossem agravadas, ocorrendo um aumento do nível de pobreza e exclusão em todo o mundo. Partindo dessa problemática esta pesquisa pautou-se por analisar propostas de superação da pobreza e da exclusão apresentadas por organismos sociais de grande relevância mundial. Os resultados demonstraram que as estratégias são de promover ações voltadas à sustentabilidade, à economia popular, à política de satisfação das necessidades básicas, ao desenvolvimento sociocultural e ao protagonismo dos excluídos.

Palavras Chave: Pobreza, Exclusão, Estratégias e Organismos Sociais.

ABSTRACT

Considering that poverty is caused by the risk situation and the neoliberal adjustment implemented in recent years has made the socioeconomic conditions of most people aggravated, leading to an increase in the level of poverty and exclusion worldwide. Based on this problem, this research was based on analyzing proposals for overcoming poverty and exclusion presented by social organizations of great worldwide relevance. The results showed that the strategies are to promote actions aimed at sustainability, the popular economy, the policy of meeting basic needs, socio-cultural development and the protagonism of the excluded.

Keywords: Poverty, Exclusion, Strategies and Social Organisms.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa científica tem objetivo de discutir a pobreza e a exclusão social, principalmente, analisar estratégias propostas por organismos sociais, tais como Banco Mundial, CEPAL e ONU, para erradicar a pobreza e a exclusão social.

Para atingir os objetivos foram realizadas consultas em obras clássicas da área social com o objetivo de conceituar e fundamentar a discussão da pobreza e da exclusão.

A busca pelas estratégias pensadas e propostas pelos organismos sociais ocorreram por meio de estudos aos sites e publicações.

O método utilizado foi de pesquisa bibliográfica com análise de natureza qualitativa. Após coleta dos dados, os mesmos foram categorizados e codificados para melhor apresentar os resultados.

POBREZA E EXCLUSÃO

Para fazermos a discussão da pobreza e da exclusão social, precisamos compreender que o entendimento de exclusão não é visto de forma homogênea. Assim, vamos discorrer sobre algumas definições.

Para Castel (2007, p. 21-22), “[a] exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se envolvem fora dos circuitos vivos das trocas sociais” [...].

Ainda Castel (2007) compreende que, no espaço contemporâneo, estamos falando de pessoas que se encontram em uma situação que pode ser classificada como “nova pobreza”, porém, nessa ótica, o autor diverge da concepção de questão social como conflito entre capital e trabalho e como resistência; concepção defendida por Marilda Yamamoto, Jose Paulo Netto e outros autores adeptos do Materialismo Histórico Dialético e, conseqüentemente, dos preceitos de Karl Marx.

Sabe-se que a exclusão é ocasionada pela situação de risco, que pode ter como causa a precarização das relações de trabalho. Assim, as pessoas que perdem seus empregos podem passar a viver em situação de risco, a qual é vista como de vulnerabilidade social. É nessa perspectiva que Castel (2007) define metaforicamente “zonas” diferentes de vida, e alerta para a perda da proteção que a empregabilidade permite para aqueles que vivem do trabalho, bem como para suas conseqüências.

Já Fávero (2001), em contrapartida, destaca que o ajuste neoliberal, com muitos cortes nos projetos sociais, acaba contribuindo para o aumento do nível de exclusão. Nesse sentido, a autora afirma que “[o] ajuste neoliberal implantado no país fez com que as condições socioeconômicas de grande parte da população fossem agravadas, ocorrendo um aumento dos níveis de pobreza. A precarização das condições de trabalho, incluída nesse ajuste, é uma de suas mais claras expressões” (Fávero, 2001, p. 76).

De acordo com as análises acima, verifica-se que a precarização das relações de trabalho é uma das principais causas do empobrecimento das famílias, não somente

daquelas que não têm trabalho, mas também das que vivem em condições de trabalho informal e temporário, estando sem estabilidade e também sem proteção.

Esta população é entendida para Netto e Braz (2006) como:

FLUTUANTE: aqueles que não podem contar com a segurança da empregabilidade, ou seja, constituída pelos trabalhadores que trabalham temporariamente.

- ✓ LATENTE: aqueles que acabaram por migrarem para as zonas urbanas em busca de trabalho e que antes viviam nas zonas rurais.
- ✓ ESTAGNADA: constituído por pessoas que nunca tiveram um emprego fixo e que passam de uma ocupação para outra, sem planejar, principalmente, pela necessidade de sobrevivência.

O ajuste neoliberal para Fávero (2001), provoca as precárias condições de trabalho. Nessa situação a grande preocupação aparece à medida que se compreende que esse ajuste não atinge só a esfera econômica, mas também redefine globalmente nossas relações sociais e o campo político institucional, através de políticas privatizantes, de mercado e liberais, com o propósito de defender e cristalizar o chamado Estado mínimo.

Nesse quadro de ajustes neoliberais, é visível que “os planos e programas de desenvolvimento econômico, de ajuste estrutural, nos moldes como vêm sendo executados, quer nos países centrais quer nos países periféricos [...] tem aumentado a pobreza, o desemprego estrutural, a exclusão” (Wanderley, 2007, p. 165).

Embora, uma parcela de críticos compreende a ideologia Neoliberal como imbuída de fatores negativos, existe uma outra parcela significativa que demonstra os acertos desse modelo e ainda destaca a necessidade de se seguir essa orientação como modelo econômico.

Acredita-se que, quanto mais for elevada a proposta neoliberal, menores poderão ser os gastos públicos com benefícios e serviços sociais, pois se prega um Estado enxuto e um mercado bastante forte; nesse cenário, o lema é “salve-se quem puder”. Já para Fávero (2001), verdadeiramente se trata de uma vasta parcela da população que são remetidas a situações de vulnerabilidade e sem nenhuma garantia de inclusão social.

Em consequência desse ajuste, a situação de pobreza vivenciada por vasta parcela da população, que já não era detentora de acesso, ou tinha

dificuldade de acesso, sobretudo, ao processo de trocas sociais, sofreu uma ampliação em volume e densidade. A parcela da população que já não tinha garantido o direito à inclusão no trabalho formal e ao atendimento com dignidade às suas necessidades básicas tem sido ampliada com novos contingentes populacionais excluídos socialmente, ou com maior grau de dificuldade para acesso a bens e serviços (Fávero, 2001, p. 78).

Para o tratamento daqueles que chamamos de excluídos, no espaço contemporâneo, tem-se, a via do mercado, marcada fundamentalmente pelo mérito da competitividade, e marcada por ações e discursos que visam apaziguar os conflitos, a via do Estado.

Enquanto o Estado cuida dos desesperados e as empresas cuidam da celebração do mercado. É possível afirmar, com base no exposto e nas discussões empreendidas, que há um esforço para conciliar o capital financeiro a um mínimo de garantias sociais e de proteção.

Acredita-se que as ações do Estado, através das políticas públicas, como os programas de transferência de renda, apenas atendem as situações imediatas, os mesmos, não garantem proteção às vulnerabilidades, nem tampouco asseguram os direitos sociais do cidadão.

Desta forma,

O destino dos excluídos se define essencialmente antes que ele se fragilize. Se nada de mais profundo for feito, a luta contra a exclusão corre o risco de se reduzir a um pronto-socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social. Esses empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica a renúncia de intervir sobre o processo que produz estas situações (Castel, 2007, p. 28).

Para Yazbek (2009), os excluídos são definidos como aqueles que se encontram em condições de subalternidade, ou seja, a situação daqueles que vivem diretamente vinculados à pobreza.

(...) não se restringe à dimensão material da existência humana, penetrando perversamente na vida espiritual dos que a vivem. Observamos que, na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e de riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram. (Yazbek, 2009 p. 155).

Acredita-se que a situação de exclusão e/ou de pobreza leva as pessoas a situações que vão além da ausência de bens materiais, pois se estende a uma situação de alienação, em que essas pessoas/famílias não compreendem seus direitos, não fazem crítica social e, inúmeras vezes, têm uma precária e insuficiente consciência da sua própria realidade, estando totalmente destituídas de consciência crítica. Para Yazbek (2009) quando uma população não é politizada se abre caminhos para o tratamento clientelista da questão social, em que, o que deveria ser entendido como direito é transformado em favor.

As Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentou em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (2014) resultado bastante interessante: os pobres são parte de um grupo de vulneráveis, “[os] grupos minoritários e socialmente excluídos sofrem uma elevada desigualdade horizontal e, muitas vezes, são igualmente alvo da discriminação no acesso ao emprego, à justiça e aos serviços”.

Diante disso, organismos como Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentam estratégias para redução da pobreza, visando alcançar seus objetivos conforme a cartilha orientada pela perspectiva neoliberal. Nesse sentido, essas instituições apresentam as pretensões descritas a seguir.

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL, DA CEPAL E DA ONU (PNUD E AGENDA 2030)

Banco Mundial

Para a redução sustentável da pobreza no mundo em desenvolvimento o Banco Mundial apresenta os seguintes componentes:

(...) promover o uso produtivo do ativo mais abundante dos pobres: a mão de obra, requerendo políticas que mobilizem para tal fim os incentivos do mercado, as instituições sociais e políticas, a infraestrutura e a tecnologia; - a promoção de serviços sociais básicos aos pobres: atenção primária à saúde, planejamento familiar, nutrição e educação primária são especialmente importantes; - a facilitação e promoção de programas de transferências de renda e redes de segurança. (Wanderley, 2007, p. 183).

CEPAL

Propõe estratégias de se produzir com equidade de forma a valorização da técnica, do pleno emprego e dos recursos humanos:

(...) obtenção do pleno emprego produtivo, aduzindo que somente uma transformação produtiva dinâmica gerará expansão sólida e sustentável; e inversão em recursos humanos. (Wanderley, 2007, p. 183).

É fundamental ampliar os consensos na área social, o que também supõe, de forma urgente, transitar da cultura do privilégio, que historicamente tem caracterizado as sociedades latino-americanas e caribenhas, para uma cultura da igualdade (CEPAL, 2016)

Tabela 1 – Objetivos e estratégias do Banco Mundial e da CEPAL para erradicação da pobreza e da exclusão

Órgão	Objetivo	Estratégias
BANCO MUNDIAL	Reduzir de maneira sustentável a pobreza no mundo em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do uso produtivo do ativo mais abundante dos pobres: a mão de obra, requerendo políticas que mobilizem para tal fim os incentivos do mercado, as instituições sociais e políticas, a infraestrutura e a tecnologia. ▪ A promoção de serviços sociais básicos aos pobres: atenção primária à saúde, planejamento familiar, nutrição e educação primária são especialmente importantes. ▪ Facilitação e promoção de programas de transferências bem localizadas e redes de seguridade.
CEPAL	Viabilizar a produção com equidade, de forma a valorizar a técnica, o pleno emprego e os recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Progresso técnico como objetivo central. ▪ Obtenção do pleno emprego produtivo, aduzindo que somente uma transformação produtiva dinâmica gerará expansão sólida e sustentável. ▪ Inversão em recursos humanos.

Fonte: Alves apud Wanderley, 2017, p.40

ONU (PNUD e Agenda 2030)

Propõe ações voltadas à sustentabilidade, à economia popular, à política de satisfação das necessidades básicas, ao desenvolvimento sociocultural e ao protagonismo, por meio de ações, tais como: reativação econômica, ou seja, desenvolvimento da capacidade de crescimento sustentável com equidade; - apoio a economia popular, através da promoção, da assistência técnica, do crédito e do apoio a comercialização; - política de desenvolvimento sociocultural, para fortalecer as capacidades dos pobres e reforçar seu protagonismo; - reforma e modernização do Estado a fim de desenvolver um estilo gerencial; - dimensão tecnológica que, abordando explicitamente a inovação para superar a pobreza (Wanderley, 2007).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe, publicado em 2016, o qual trata da temática “Progresso Multidimensional: o bem-estar para além da renda”, são formas de erradicar a exclusão: a coleta e registro de dados em maior número e melhor qualidade das condições de pobreza da população; ter as pessoas como foco de desenvolvimento; aumentar e melhorar o sistema fiscal.

O relatório aponta ainda a necessidade de eliminar a diferenciação por tipo de emprego ou nível de renda e aumentar a qualidade e a cobertura dos benefícios oferecidos.

Nesse sentido, quatro intervenções são apresentadas como prioritárias: proteção das crianças, com o objetivo de ajudar a eliminar a transmissão da pobreza entre gerações e promover o acesso a ativos de interesse social, como educação e saúde; proteção durante a idade economicamente ativa, com o objetivo de apoiar a segurança de renda através de medidas como o estabelecimento de benefícios de desemprego ou benefícios relacionados ao risco ocupacional ou invalidez; proteção durante a velhice; e cobertura de saúde universal (PNUD, 2016).

Tabela 2 – objetivos e estratégias da PNUD para a erradicação da pobreza e da exclusão

Órgão	Objetivo	Estratégias
PNUD	Promover a sustentabilidade, a economia popular, a política de satisfação das necessidades básicas, o desenvolvimento sociocultural e o protagonismo dos pobres, bem como a reforma do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento da capacidade de crescimento sustentável com equidade, o que implica reativação econômica, transformação produtiva das economias latino-americanas e incrementos importantes nos salários reais. ▪ Apoio massivo à economia popular por meio da promoção, da assistência técnica, do crédito e do apoio à comercialização. ▪ Política de satisfação das necessidades básicas específicas, ou política social para superar a pobreza, o que supõe uma transformação profunda da política social. ▪ Política de desenvolvimento sociocultural para fortalecer as capacidades dos pobres e reforçar assim seu papel protagonístico na superação da pobreza. ▪ Reforma e modernização do Estado, a fim de desenvolver um estilo gerencial pró-participativo, flexível e adaptativo. ▪ Atenção à dimensão de gênero, cujo objetivo é complementar a equidade social com a de gênero. ▪ Atenção à dimensão tecnológica que, abordando explicitamente a inovação para superar a pobreza, contribui para a obtenção de muitos dos componentes anteriores.

Fonte: Alves apud Wanderley, 2017, p41.

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, nada mais é que plano de ação para o planeta, para as pessoas e para a prosperidade. Tem objetivo de fortalecer a

REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL, DA CEPAL E DA ONU (PND E AGENDA 2030)

paz universal com mais liberdade. Pois, sabe-se que o maior desafio global é a erradicação da extrema pobreza e para tanto é preciso atingir o desenvolvimento sustentável.

Metas de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://blog.waycarbon.com/2015/10/conheca-os-17-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás (ONU BRASIL).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é compreendida por muitos estudiosos como condição de risco, logo esta condição leva a exclusão, a qual é vista como situação de vulnerabilidade. Quando

analisamos as causas da condição de vulnerabilidade verificamos que as pessoas que se encontram nesta situação, na maioria, são aquelas que estão fora do mercado de trabalho.

As análises nos mostraram que a precarização das relações de trabalho é uma das principais causas do empobrecimento das famílias, não somente daquelas que não têm trabalho, mas também das que vivem em condições de trabalho informal e temporário, estando sem estabilidade e também sem proteção.

Existe um numero expressivo de estudiosos que atribuem as condições de vulnerabilidade e desemprego ao Neoliberalismo.

Para superar as condições de pobreza e exclusão o Banco Mundial entende que é necessária a promoção do ativo produtivo abundante dos pobres, bem como a promoção de serviços sociais e programas de transferência de renda. Já CEPAL apresenta como estratégias o progresso técnico, a inversão em recursos humanos e a obtenção do pleno emprego.

PNUD apresenta como estratégias a promoção de ações voltadas à sustentabilidade, à economia popular, à política de satisfação das necessidades básicas, ao desenvolvimento sociocultural e ao protagonismo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **O desenvolvimento social inclusivo é essencial para superar a pobreza e reduzir as desigualdades.** Coluna de Opinião, Notas CEPAL 89, 2016. <https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2016-desarrollo-social-inclusivo-es-clave-superar-la-pobreza-reducir-desigualdades>. Acesso em 19 de setembro 2019.

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos:** das origens aos dias atuais. Curitiba, Intersaberes, 2017.

CASTEL, R. As Transformações da Questão Social. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org). **Desigualdade e a Questão Social. 2. Ed.rev.ampl. São Paulo: Educ, 2007.**

ERRADICAÇÃO DA POBREZA. **Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares.** DOCUMENTOS TEMÁTICOS Nações Unidas no Brasil. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tem%C3%A1tico->

REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL, DA CEPAL E DA ONU (PND E AGENDA 2030)

[ODS-1-Eradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza_11junho2017.pdf](#) acesso em 21 de setembro 2019.

FAVERO, E. T. Rompimento dos Vínculos do Pátrio Poder: condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras, 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe. **Progresso Multidimensional: o bem-estar para além da renda**. PNUD, 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-progresso-multidimensional-2016.pdf>. acesso em 21 de setembro 2019.

WANDERLEY, E. Enigmas do social. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org). **Desigualdade e a Questão Social**. 2. Ed.rev.ampl. São Paulo: Educ, 2007.

YAZBECK, M. C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológico do Serviço Social. In CRESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Org). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS; ABEPSS, 2009.